



## Violência política de gênero em tempo de neoconservadorismo

Jornal da Universidade / 19 de janeiro de 2024

**Artigo | Graduada em Ciência Política, Ana Paula Bittencourt Ferreira apresenta conclusões de pesquisa realizada com deputadas com o propósito de examinar o contexto para a atuação de mulheres no campo político**

Por Ana Paula Bittencourt Ferreira

Ilustração: Jenirul/ Programa de Extensão Histórias e Práticas Artísticas, DAV-IA/UFRGS

O espaço da política institucional que fundamenta a democracia brasileira foi estabelecido, pensado e majoritariamente dominado por homens, promovendo historicamente uma hegemonia de poder desses sujeitos. Isso reflete diretamente no funcionamento da própria sociedade. Assim, a sub-representação das mulheres nesse espaço firma-se de maneira consciente: elas não pertenceriam a ou adentrariam aquele espaço público. Como o direito ao voto foi arduamente conquistado e permitido de maneira tardia, a efetiva entrada das mulheres no espaço de representatividade acontece contidamente. Nessa lógica de dominação, elas deveriam permanecer no espaço doméstico, privado, a fim de equilibrar o sistema de dominação masculina.

Assim, as mulheres, ao ousarem adentrar em instituições políticas, desafiam a lógica hierárquica dessa estrutura de poder. À vista disso, a Violência Política de Gênero (VPG) é uma conceituação cunhada a fim de nomear e denunciar práticas que busquem afastar essas mulheres que ascendem nesse campo. Essa prática de violência se manifesta por meio de formas já conhecidas, cuja intenção final seria de coagir e expulsar as mulheres da política – uma forma de sanção, no intuito de proteger essa hegemonia masculina.

Por outro lado, na história recente tem-se o levante da ideologia do neoconservadorismo, movimento que promove a ascensão de valores reacionários conservadores por meio de agentes políticos que, por sua vez, fomentam valores patriarcais e neoliberais. Essa ideologia tem como efeito de suas premissas morais corroborar com a ampliação de um espaço hostil e violento na esfera política institucional às classes sociais subalternas em geral e às mulheres em especial. A exemplo dessa dinâmica, observam-se campanhas antigênero contra a autonomia do corpo da mulher e a deturpação de diversas pautas do campo da sexualidade, como visto no período eleitoral contra o suposto “kit gay” – terminologia pejorativa destinada a uma ação de conscientização contra a homofobia.

Nesse contexto, a VPG apresenta-se como um instrumento para operacionalizar o afastamento de quem defende e/ou participa desse grupo social que realiza a defesa dos direitos humanos, dos estudos e das políticas feministas e de gênero. Além disso, tais estudos estendem-se sobre outras frentes, como a de proteção das comunidades e povos tradicionais originários, a da defesa das cotas raciais, socioeconômicas, a das causas da comunidade LGBTQIAP+ e a do fomento pela paridade de mulheres nos espaços de poder.

Dessa forma, estabeleceram-se a temática e os objetivos articulados no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais intitulado *Analisar a VPG no contexto do neoconservadorismo brasileiro de 2018 a 2022*. A fim de viabilizar o proposto estudo, foram realizadas entrevistas com seis deputadas estaduais e federais gaúchas eleitas nesse período. Em razão da própria ideologia do neoconservadorismo, que se aloca no campo político da extrema-direita, delimitou-se como recorte essas deputadas serem da esquerda.

Como resultado, todas as entrevistadas compartilharam experiências de VPG, embora nem sempre tenham sido explicitamente identificadas por elas como tal. Da mesma forma, o estudo do Instituto Marielle Franco com candidatas negras e eleitas à vereança, realizado em 2021, apresentou dados que retratam uma realidade em que majoritariamente há ocorrência de VPG, localizando, assim, uma tendência generalizada à violência no cotidiano das mulheres políticas, mesmo quando elas não reconhecem essa prática, dada a sua normatização. Exemplificando um caso da VPG, o relato de uma deputada:

“[...] não espero que um vereador ou deputado olhe para mim, diga que eu tenho tesão por ele por defender de forma firme o que eu acredito. Porque eles fazem isso, né? [...] quando uma mulher entra na Câmara de Vereadores, diz que eu sou empregada dela e faz um sinal, um gesto de cor no braço, eu sei o que ela tá dizendo. E ela sabe que tá me dizendo. Então, são muitos os ambientes violentos, né? Ou quando eu sou barrada três vezes de entrar na mesma sessão. Três vezes! Porque, para eles, eu não tenho perfil de vereadora”.

O relato exposto anteriormente não é o único. Assim, verificou-se que a intersecção do racismo com o sexismo mostra-se um elemento de intensificação da VPG. As deputadas brancas expuseram situações de violência, coerção e desrespeito, mas, diferentemente, por categorias veladas. Nota-se que isso não diminui a gravidade da violação, mas aponta o fato de que o racismo junto à VPG eleva o grau de expressão da violência, bem como denota que o racismo ainda permeia as instituições democráticas do país.

No que se refere aos impactos do neoconservadorismo, é importante destacar a fala de uma das entrevistadas: “Não é que houve um avanço neoconservador dentro da estrutura político-social, mas, sim, uma reação neoconservadora devido às conquistas e aos avanços das mulheres, LGBTQIAP+ e negros, protagonizadas nas últimas décadas”. A representação política das mulheres apresenta crescimento nas últimas eleições, mas, pensando na sua permanência, são encontradas diversas problemáticas. O impacto da VPG no âmbito da sub-representação é visto também nas violências que se aloca na sociedade, promovendo o questionamento sobre a legitimidade de as mulheres estarem na esfera pública com cargos de poder.

Não obstante, existe um avanço no que condiz a essa representação das mulheres nas legislações, como a [Lei n.º 9.504/1997](#), que trata da previsão de um mínimo 30% e um máximo de 70% para candidatura por sexo, e a [Lei 14.192/2021](#), que estabelece formas de prevenção e repressão à Violência Política Contra a Mulher (VPCM). Cabe destacar que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para um efetivo avanço contra estigmas e especialmente a violência na sociedade, que se espelha no cenário político de representação.

Outra adversidade encontrada nos relatos corresponde à própria estrutura das instituições democráticas, que não está preparada para a diversidade dos indivíduos que adentram esse espaço. Ilustrando esse andamento, somente em 2016 houve a construção de um banheiro feminino do Plenário do Senado Brasileiro. Outro fator são os horários noturnos das sessões parlamentares, implicando maiores desafios àquelas mulheres políticas que são mães. Como apresentado por uma deputada:

“[...] me perguntam por que eu não levo meu filho para Brasília, mas vou fazer o quê? [...] onde vou deixar ele no horário da noite? Não é um horário apropriado para uma mãe solo. E a gente faz o quê? Então, não é [um espaço institucional] preparado para nós, é preparado para os homens”.

As entrevistas realizadas são, contudo, de extrema importância para acompanhar e dar visibilidade às vivências das mulheres que resistem no espaço político institucional. Verificaram-se desafios para a sua aplicação decorrentes da sobrecarga de trabalho das deputadas. Foram entrevistadas mulheres políticas ligadas ao campo da esquerda, a fim de identificar as violações provenientes da ideologia do neoconservadorismo. Reconhece-se, entretanto, que todas as mulheres agentes da política podem sofrer VPG.

Ana Paula Bittencourt Ferreira é bacharela em Ciências Sociais.

O trabalho de conclusão de curso que deu origem a este artigo foi orientado por [Maria Lúcia Moritz](#).

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

### :: Posts relacionados



Barreiras implícitas dificultam a equidade de gênero na Justiça Federal



A exclusão das universidades no enfrentamento das mudanças climáticas: um erro estratégico



Adaptação urbana frente à mudança do clima



Estratégias de construção da imagem pública política de Erika Hilton

### :: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



Movimento de plataformação do trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



Atuação do NESA-IPH frente às inundações



A presença negra num bairro riograndino



Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

INSTAGRAM

REALIZAÇÃO

CONTATO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS  
SECOM

UFRGS

Jornal da Universidade  
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro | Bairro Farrroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br